



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 9, v. I | maio.-out. 2018  
p. 268-287.

# Sobre *ciborgues e monstros* ou como a mídia representa a infância *queer*

Tiago Fioravante<sup>1</sup>

Saraí Schmidt<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa um conjunto de matérias veiculadas na mídia brasileira entre 2010 e 2015, que têm como foco crianças cujos corpos ou comportamentos destoam das hegemonias referentes a gênero e sexualidade. Crianças cujos comportamentos identificados como “estranhos” pela sociedade foram transformadas em pauta nos veículos nacionais. Corpos *ciborgues e monstros* que ganharam as páginas de jornal, reportagens de TV e manchetes em sites jornalísticos e que precisam de alguma forma serem traduzidos para o imaginário popular. Paul B. Preciado (2014), Judith Butler (2012), Donna Haraway (2000) e Michel Foucault (1988) constituem o aporte teórico privilegiado no trabalho analítico, que tem como principal objetivo descrever e problematizar a maneira como a mídia retrata meninas masculinizadas, meninos afeminados, crianças transgênero ou intersexo. O estudo coloca em discussão estereótipos produzidos e multiplicados na cultura midiática em relação aos universos infantis, sexuais e de gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** infância; mídia; *queer*; ciborgues; monstros.

**Abstract:** The study analyzes a set of articles released in the Brazilian Media between 2010-2015 that has as focus children whose bodies are not in harmony with the heteronormative rules regarding gender and sexuality. Children whose behaviors identified as “weird” by society, were turned into news by the national media vehicles. *Cyborg* and *Monsters* bodies that were shown in the newspaper pages, TV reports, and headlines in journalistic websites and need, somehow, to be translated to the popular imaginary. Paul B. Preciado (2014), Judith Butler (2012), Donna Haraway (2000) and Michel Foucault (1988) were privileged into a theoretical framework, which has as the main spur to describe and to problematize the ways media portrays masculine girls, effeminate boys, transgender or intersex kids. The study puts in discussion the stereotypes reproduced and multiplied in the media culture related to the universes of childhood, gender, and sexuality.

**Keywords:** childhood; media; queer; cyborg; monster.

**Resumén:** El artículo analiza un conjunto de materias vehiculadas en los medios de comunicación brasileños entre 2010 y 2015, que tienen como foco a niños cuyos cuerpos o comportamientos desentonan de las hegemonías referentes a género y sexualidad. Niños cuyos comportamientos identificados como “extraños” por la sociedad se han transformado en pauta en los medios nacionales. Cuerpos *ciborgs* y *monstruos* que ganaron las páginas de periódicos, reportajes de TV, sitios periodísticos, y que necesitan de alguna forma ser traducidos al imaginario popular. Paul B. Preciado (2014), Judith Butler (2012), Donna Haraway (2000) y Michel Foucault (1988) son el aporte teórico privilegiado en el trabajo analítico, que tiene como principal meta describir y problematizar la manera como los medios retratan a las niñas masculinizadas, a los niños afeminados y a los niños transgênero o intersexo. El estudio pone en discusión estereotipos producidos y multiplicados en la cultura mediática con relación a los universos infantiles, sexuales y de género.

**Palabras clave:** infancia; medios de comunicación; *queer*; *ciborgs*; *monstruos*.

<sup>1</sup> Jornalista pela Universidade Feevale. E-mail: tiago.fioravante@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: saraischmidt@feevale.br

Recebido em 19/02/18

Aceito em 26/03/18

## 1 Construindo verdades

Os defensores da infância e da família apelam à família política que eles mesmos constroem, e a uma criança que se considera de antemão heterossexual e submetida à norma de gênero. [...] Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança *queer*, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero? (PRECIADO, 2013).

A mídia, em seu papel de construtor de verdades, acaba por reproduzir discursos disciplinadores, quando relacionados às infâncias. Este artigo tem como foco problematizar alguns dos estereótipos inseridos no imaginário social referente às infâncias destoantes dos padrões pré-determinados sobre gênero e sexualidade. Ao longo deste artigo, são apontadas construções midiáticas contemporâneas acerca dos corpos *queer* infantis, assim como os estereótipos disseminados pelos meios de comunicação sobre estas infâncias. Por meio de análises de matérias veiculadas online, em revistas impressas e programas televisivos, são abordados o processo de construção da notícia e também as subjetividades presentes no discurso midiático na hora de representar este sujeito infantil.

Sobre o ato de *representar*, é importante ressaltar seu aspecto normalizador, quando usado no campo da comunicação. O significado do verbo representar carrega em seu sentido o ato de expressar, dar sentido, simbolizar determinados saberes. Usado no campo midiático, representar estaria associado ao ato de usar variados sistemas significantes disponíveis (texto, imagens, sons) para “falar sobre”, “falar por”, categorias ou grupos sociais no campo simbólico das artes e indústrias da cultura (FILHO, 2005).

Segundo Kellner (2001; 2006), analisar as representações midiáticas contribuem para avaliar a maneira que determinados gêneros e artefatos culturais funcionam tanto de maneira para forjar um *status quo*, como para encorajar determinados estratos sociais a resistir à opressão e contestar ideologias e estruturas de poder conservadoras. Seria uma maneira também de encontrar tensões e ambivalências presentes no interior destas representações e ainda investigar as relações entre mídia, poder e alteridade. Encarar o discurso midiático como um mero reproduzidor das realidades sociais é cair numa armadilha que desconsidera o seu papel construtor das verdades, que modelam e justificam os mecanismos de dominação e controle presentes no contexto social. A mídia pode ser percebida



como um artefato pedagógico, que auxilia no processo construtor das identidades na contemporaneidade (FISCHER, 2002).

Os Estudos Culturais já nos mostraram, desde a década de 1960, a importância de estar atento à construção do discurso sobre determinadas identidades, especialmente aquelas que estão à margem das hegemonias. A luta dos movimentos sociais, ao longo do século XX, foi decisiva na análise do discurso midiático sobre a maneira como as identidades são construídas e questionadas. Woodward (2000) chama a atenção para designação de significados produzidos por intermédio da representação, através dos quais damos sentidos à nossa experiência, sobre aquilo que somos, aquilo que podemos nos tornar:

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. Por exemplo, a narrativa das telenovelas e a semiótica da publicidade ajudam a construir certas identidades de gênero. Em momentos particulares, as promoções de *marketing* podem construir novas identidades como, por exemplo, o “novo homem” das décadas de 1980 e de 1990, identidades das quais podemos nos apropriar e que podemos reconstruir para nosso uso. (WOODWARD, 2000, p. 17-18)

Os estereótipos que a mídia ajuda a construir sobre os indivíduos acabam por influenciar a maneira como os mesmos fazem as avaliações sobre si mesmo e seus interesses. Walter Lippmann (escritor, jornalista e comentarista político) foi quem introduziu a palavra estereótipo como objeto de estudo das Ciências Sociais, através de seu livro, *Opinião Pública*, lançado em 1922. Publicação esta que foi a fundadora dos estudos midiáticos norte-americanos.

Lipmann (2008) utiliza duas noções distintas do termo. A primeira, com base psicológica, descreve a palavra como uma maneira necessária de processamento de informação, usada, sobretudo em sociedades altamente diferenciadas, como uma forma de criar a sensação de ordem, em meio ao caos da vida social e das cidades modernas. Este sentido contempla o argumento bastante utilizado na psicologia de que representações seletivas, parciais, ultra simplificadas e instrumentais do Outro são parte integral do processamento mental dos estímulos (LIPPMANN, 2008). O outro conceito de estereótipo, apresentado por Lippmann, traz em seu significado a construção simbólica enviesada, oposta à pontuação racional e resistente à mudança social.

Desta forma, a disseminação de significados estaria condicionada a uma maneira de impor um sentido de organização ao meio social. Este último significado, ambicionaria criar uma maneira de



inflexibilizar o imaginário social sobre determinadas identidades, contribuindo desta forma para a manutenção e reprodução das relações de poder, de modo a subjugar estas identidades e alteridades à desigualdades e exploração. Segundo o autor:

quando um sistema de estereótipos é bem fixado, nossa atenção é chamada para aqueles fatos que o apoiam, nos afastando daqueles que o contradizem. [...] O que é estranho será rejeitado, o que é diferente cairá em olhos cegos. Não vemos o que nossos olhos não estão acostumados a levar em conta. (LIPPMAN, 2008, p.115)

Portanto, é necessário buscar nas frestas dos discursos que constroem as verdades das quais a mídia busca impregnar o imaginário social. É preciso questionar a maneira que este discurso exotiza determinadas identidades e de que forma pode afetar a autoestima destes indivíduos e grupos. Afinal, como pontua Silverstone:

Examinar os textos da mídia retoricamente é examinar como os significados são produzidos e arranjados, de modo plausível, agradável e persuasivo. É explorar a relação entre o familiar e o novo; decifrar a estratégia textual. Mas é também investigar a audiência; encontrar onde e como é colocada no texto; compreender como os lugares-comuns se relacionam com o senso comum; como a novidade é construída sobre uma base familiar; e como os truques são criados e os clichês mobilizados em mudanças de gosto e estilo. [...] A retórica pública em palavra e imagem, estruturada pelo ângulo da câmera e pelo tom de voz, pelas formas familiares de representação e reflexibilidade; pelas formas familiares de representação e apelo; pela articulação de uma cultura pública, nunca inocente, adulatória para enganar; misteriosa, mistificante; oferecendo, alegando, desafiando uma realidade. (SILVERSTONE, 2005, p. 76-7)

A tarefa de analisar o discurso midiático não é simples, na medida em que contempla diversos fatores que poderiam muitas vezes passar despercebidos sob nosso olhar. Fatores estes que ajudam a demarcar e manter fronteiras que normalizam as identidades. Que delimitam o simbolismo entre o normal e o anormal, o sadio e o patológico e que nos mostram maneiras de ser e viver sintonizadas com certos mecanismos que classificam e hierarquizam os lugares dos sujeitos. As infâncias analisadas neste artigo fazem parte de uma pesquisa sobre indivíduos crianças que destoam das normas comumente aceitas sobre sexualidade e gênero. Crianças que por algum motivo são consideradas anormais. Meninos cujo comportamento poderia ser enquadrado como afeminado, meninas cujos gostos não se relacionam com a delicadeza do sujeito dito feminino, crianças transgênero, crianças intersexo e a forma que a mídia reproduz os discursos sobre suas vidas e sobre suas realidades. Elas são aqui divididas em duas categorias distintas: *Monstras* e *Ciborgues*,



explicadas nos subitens que seguem, ao mesmo tempo em que são compartilhados os achados midiáticos e observações sobre estas infâncias.

## 2 Uma infância monstra

O indivíduo “anormal” que, desde o fim do século XIX, tantas instituições, discursos e saberes levam em conta deriva ao mesmo tempo da exceção jurídico-natural do monstro, da multidão dos incorrigíveis pegos nos aparelhos de disciplinamento e do universal secreto da sexualidade infantil. (FOUCAULT, 2010, p. 418)

Dentre as categorias analisadas, inicia-se por aquela que apresenta a infância como monstra. Toma-se como base as reflexões de Michel Foucault ao longo de seu curso no *Collège de France* (1975) e também o conceito de “monstro” a partir da perspectiva de James Donald (2000).

O corpo infantil aqui abordado é aquele que se difere dos demais por trazer em sua anatomia uma espécie de obscenidade orgânica. Algo que não deveria estar ali, mas ali está e por isso, monstro é. Este é o indivíduo que não viola apenas as leis da sociedade, mas também as leis da própria natureza.

A análise tem início com uma matéria do site *BBC Brasil*, intitulada de *Guevedoces: o estranho caso das 'meninas' que ganham pênis aos 12 anos*, veiculada em 21 de setembro de 2015. Dividida em três partes, a reportagem original foi feita pelo jornalista Michael Mosley para uma série de documentários da *BBC*, sob o título de *Countdown to Life: the Extraordinary Making of You*<sup>3</sup>, o texto foi traduzido para o português, após ser publicado no site da *BBC UK* e veiculado no site da *BBC Brasil*.

A matéria traz em seu título uma ironia, disfarçada de mero destaque para a palavra “meninas”, como se estivesse questionando o fato de estas meninas serem realmente meninas. A começar por este título irônico, que não está presente na construção original do texto, mas trata-se de uma adaptação feita para o português, fica explícita a ironia ao questionar a legitimidade desta feminilidade dos sujeitos abordados. Eni Orlandi, em seu livro *Análise do Discurso*, nos chama atenção para pequenos fatos do cotidiano que poderiam passar despercebidos, mas que com um olhar mais atento, revelam sua verdadeira intenção: “Não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos” (ORLANDI, 2005, p. 9). É preciso perder a “ingenuidade” ao

---

<sup>3</sup> “Contagem regressiva para a vida: sua extraordinária criação”, em tradução livre feita pelo autor.



analisar os discursos midiáticos impregnados de suposições sobre determinadas identidades, que muitas vezes são estranhas, causam medo ou pavor.

Sobre o medo, Bauman (2007) nos lembra de que alimentado pela insegurança do presente e a incerteza do futuro, ele é causador de um sentimento de impotência, de perda de controle. Mas o medo não pode justificar as escolhas dos profissionais da comunicação, quando relacionado à identidades que já estão à margem nas relações de poder. Obviamente, é preciso levar em conta diversos fatores que possam moldar as escolhas de palavras e signos, fatores que se mostram essenciais na construção e subjetivação das realidades aos quais estamos representando.

No funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de subjetivação, de construção da realidade (ORLANDI, 2005, p. 21).

A notícia apresenta casos de crianças da República Dominicana que nascem com vagina e ao chegarem à idade aproximada de 12 anos, passam por uma modificação em suas genitálias, que se transforma em um pênis, ainda que isso não defina identidade de gênero das personagens em questão. Visto como raro pela ciência, o caso dos *guevedoces* passou a ser estudado na década de 1970, por uma cientista norte-americana. A matéria busca uma explicação científica para a “anomalia” (tratada desta forma no texto) e afirma que estas crianças só ganham pênis, pois em sua fase intrauterina, seu organismo “sofre” (sic) com a deficiência de uma enzima, que mais tarde se transformaria em testosterona.

A reportagem trata dos casos como um “problema” e afirma que em sua maioria, as “novas” (sic) genitálias funcionam bem (aqui o “funcionar bem”, traz implícito um bom funcionamento focado na heteronormatividade) e a maioria destas crianças passa a viver como homens, ainda que a orientação sexual não seja algo definido.

Categorizar esta reportagem como *Infância Monstra* foi uma escolha baseada no sentido foucaultiano a respeito da monstruosidade. Ideia esta que se baseia no desvio de conduta, na transgressão do “corpo natural”, seriam estas “anomalias corporais”.

O contexto de referência do monstro humano é a lei, é claro. A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza (FOUCAULT, 2010, p. 48).



Os corpos analisados nesta matéria só se tornam motivo de curiosidade devido ao seu fator “anômalo”. Aqui, também é importante observar o dispositivo *Natureza* sendo utilizado como normalizador da heterossexualidade (PRECIADO, 2014). Para o filósofo espanhol, o que entendemos como natureza, é utilizado como um dispositivo que normaliza e sujeita os corpos uns aos outros. Ele entende a “Natureza Humana” como um dispositivo que atua de maneira a organizar os corpos e as relações de poder. Dispositivo este que sempre parte de um pressuposto heterossexual.

Estes artefatos definem a materialidade sexual como “macho” e “fêmea” e todos os outros que porventura se desviem desta regra podem ser enquadrados como anômalos. Não é possível portar outra materialidade corporal, um corpo “macho” não se transformaria em um corpo “fêmea”, um pênis não se converteria em vagina e vice-versa. Se existem apenas duas verdades sobre o sexo, existem apenas duas verdades sobre gênero. Macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino, pênis/vagina. São estas as dicotomias permitidas. Nada mais. Espera-se que o macho humano performatize aquilo esperado para a homem e a fêmea humana, o esperado para a mulher.

Porém, o caso dos *guevedoces* derruba por terra estas dicotomias todas. E é por isso que é inteligível. Por isso que é tratado como monstro. Aqui a ordem compulsória sexo/gênero/desejo é posta em xeque. E por isso incomoda. Incomoda não poder definir. Incomoda não poder colocar em uma ordem social os corpos que são diferentes da regra. Na mesma matéria, Johnny, um *guevedoce*, antes conhecido como Felicita, afirma recordar de ir à escola com um vestido vermelho, porém, de nunca ter sido feliz “fazendo coisas de menina”.

'Nunca gostei de me vestir de menina e quando me davam brinquedos de menina eu nem brincava. Quando via um grupo de meninos, ia jogar bola com eles'. Quando ele se tornou claramente uma pessoa do sexo masculino, passaram a implicar com ele na escola. 'Eles diziam que eu era o diabo, coisas ruins, palavrões, e eu não tive escolha a não ser brigar com eles, porque eles estavam passando da linha' (GUEVEDOCES, 2015).

O “passar da linha” eram as agressões verbais e humilhações que grupos que destoam destas imposições de gênero e sexualidade são frequentemente submetidos. São estes os corpos abjetos, os corpos inteligíveis, teorizados por Butler (2012). A abjeção opera na condição de exclusão social, no tornar o sujeito excêntrico e não possível de problematização, na medida em que o expõe através das características da monstruosidade. Para Butler (2012), é a marca do gênero que atribui existência significável para os sujeitos, qualificando-os ou não, para a vida no interior da inteligibilidade dos códigos da cultura. Quando estas marcas não são possíveis de determinar o gênero e inseri-lo num



limite inteligível, buscam-se novas formas dentro de classificações como monstros ou anormal, como lembra Foucault (2010).

“Tornar-se claramente um sujeito do sexo masculino” para o autor do texto, implicaria em assumir uma identidade que a Johnny não pertencia anteriormente. O problema está, justamente, em subjetivamente impor um juízo de quem pode ou não ser um sujeito do sexo/gênero masculino nesta sociedade.

Ainda na categoria *Infância Mostra*, uma matéria talvez não tão polêmica e controversa como a apresentada no caso dos *guevedoces*, porém, ainda assim, cabível de análise por seu conteúdo transgressor, também publicada no site da *BBC Brasil*, sob o título de *Alemanha permite registro de bebês com gênero indeterminado* (posteriormente reproduzida com a mesma chamada, no site *GI*). A matéria apresenta uma mudança na lei alemã, que passou a permitir o registro de bebês intersexo sem que estes necessitem passar por cirurgia de redesignação genital. A matéria foi ao ar no dia 1º de novembro de 2013, mostra aspectos que irão facilitar a vida dos pais de bebês intersexo na Alemanha. Estes não precisarão mais tomar no momento do nascimento uma decisão prática, porém complexa, que influenciará toda a vida de seu filho, que é a determinação de gênero.

Estas crianças, nascidas com indeterminação genital, antes eram obrigadas a passar por uma cirurgia que dava a elas uma genitália vagina ou pênis, de acordo com sua aparência estética ou quando não era possível determinar, cabia aos pais tomar a decisão. A matéria faz uma associação de “*órgãos genitais com características dos dois gêneros*”, dando a entender que determinado gênero, tem determinada genitália. A notícia traz o depoimento de uma pessoa intersexo adulta que após ser submetida à uma cirurgia de designação genital no nascimento, passou por uma experiência de infelicidade na vida adulta, ao não se conformar com o gênero ao qual lhe fora imposto socialmente através da genitália construída.

Não sou homem nem mulher. Vou continuar sendo os retalhos criados por médicos, ferido e desfigurado”, declarou uma pessoa - submetida à cirurgia porque seus órgãos genitais não tinham uma definição clara - muitos anos depois do procedimento (ALEMANHA, 2013).

Agora, os passaportes alemães, além das categorias M (*male*) e F (*female*), terão a opção X (*intersex*) no quesito gênero. A experiência intersexo aqui representada mostra que em termos de identidades e corpos, estes seres são levados para um nível extremo, que fogem às normalizações impostas pela ordem compulsória sexo/gênero/desejo. Novamente, não é possível aplicar sobre estes



indivíduos as premissas normalizadoras que tecnologias de poder e dominação facilmente conseguem impor ao receber no mundo corpos ditos “normais”.

A matéria usa a figura do intersexo como sinônimo de “hermafrodita”, palavra que de acordo com as revisões de nomenclatura do Consenso de Chicago<sup>4</sup>, ocorrido em 2005, seria um termo estigmatizante não mais aplicável no caso das experiências de bebês nascidos com ambiguidade genital. O mesmo Consenso indicaria a substituição do uso do termo “intersexo”, que para as autoridades médicas, seria indiscutivelmente dúbia. Eles sugerem o uso de *Anomalia da Diferenciação Sexual* (ADS) ou *Disorder of Sex Development* (DSD) como uma terminologia mais adequada. Neste artigo, continuarei usando o termo intersexo, por se tratar este de mais fácil assimilação, ainda que este denote um sexo intermediário ou ainda um terceiro sexo.

Analisemos aqui, a necessidade de adequar estes corpos, utilizada pelas autoridades médicas como uma justificativa para (re)fazer estes corpos em salas cirúrgicas, de modo a adequá-los ao dimorfismo sexual. Os poderes médicos ignoram o fato de que o corpo intersexo não encerra um corpo único, mas representa um conjunto amplo de corporalidades possíveis, de forma que caracterize a intersexualidade como variedade (CABRAL, 2006). Por acreditar que o corpo intersexo é “ambíguo”, significando assim a monstruosidade, não basta (re)criá-lo, é preciso ainda socializá-lo de acordo com o papel de gênero ao qual este novo corpo foi designado. Agora sim, homens e mulheres perfeitas dentro do padrão heteronormativo.

Outra notícia categorizada dentro de *Infância Mostra* é o caso John/Joan. Também apresentada no site *BBC Brasil*, sob o título de *Documentário conta drama de gêmeo criado como menina após perder pênis* (a matéria foi replicada no site *GI*, com o mesmo título), foi publicada em 24 de novembro de 2010, na editoria Saúde. Das análises apresentadas neste artigo, esta seria a mais antiga, levando em consideração sua data de publicação e também a época retratada no documentário em questão. A notícia apresenta um caso que ficou famoso entre a comunidade médica na segunda metade do séc. XX.

John Money, um dos primeiros médicos a usar o conceito de gênero para diferenciar seus pacientes, foi procurado pelos pais do bebê Bruce, que em um procedimento de circuncisão, sofreu

---

<sup>4</sup> Ver “As novas definições e classificações dos estados intersexuais: o que o Consenso de Chicago contribui para o estado da arte?”. Disponível em: <<http://bit.ly/2BbJkjb>>. Acesso em 1º de set. de 2017.



uma mutilação em sua genitália. Os pais haviam ouvido falar do trabalho de Money em um programa de TV e decidiram procurá-lo.

De acordo com a matéria, Money era um psicólogo especializado em “mudança de sexo” (sic) e ao ser procurado pelos pais do garoto, viu ali a oportunidade perfeita de colocar em prática sua teoria de que não era a biologia que determinava o gênero, mas sim a maneira pela qual fossemos criados. O fato de Bruce ter um irmão gêmeo, Brian, seria ideal por se tratar de um grupo de controle. Money acreditava que Bruce teria a chance de ter uma vida mais feliz como mulher do que um homem sem pênis. A experiência teve início quando Bruce tinha 17 meses e “transformou-o” em Brenda.

De maneira enfática, Money alertou os pais a manter segredo sobre as intervenções cirúrgicas pelas quais Brenda passara, caso desejassem que a experiência tivesse sucesso. Money passou a acompanhar anualmente os gêmeos e o caso tornou-se conhecido como John/Joan, para manter a identidade das crianças em sigilo.

A matéria cita o fato de Money ter publicado um artigo em 1975, creditando a experiência como “sucesso total”, citando características do comportamento de Brenda que justificariam sua completa adequação ao gênero feminino. O caso teve uma reviravolta quando, ao chegar à puberdade, Brenda passou a ter impulsos suicidas, por não se sentir feliz como menina. Os pais decidiram então parar as visitas ao Dr. Money e abrir para a garota detalhes sobre sua cirurgia e sua “verdadeira” identidade.

Brenda decidiu então viver como menino, assumindo a identidade de David e chegando inclusive a passar por uma cirurgia de reconstrução peniana e se casar. Quando passou dos 30 anos, David entrou em depressão, perdeu o emprego e se separou de sua companheira. Seu irmão, Brian, teve uma overdose de drogas que causou sua morte. A matéria não especifica se David soube em algum momento das pesquisas que eram divulgadas sobre seu caso, mas conta que em maio de 2004, aos 38 anos, o mesmo também viria a cometer suicídio.

Ainda que o texto veiculado se baseie no conteúdo de um documentário, traz alguns termos que já estavam em desuso na época de sua publicação. A começar pelo uso da expressão “mudança de sexo”, que dá a entender que o indivíduo que se submete a um procedimento como este, nasce com um determinado sexo ou gênero. Pessoas não nascem com sexo, pessoas tem sexo e gênero imposto desde a vida intrauterina, quando são denominados “meninos” ou “meninas”, pessoas nascem com genitálias. É acreditar que estas genitálias se dividiriam entre “genitália masculina” e “genitália



feminina” seria limitador. O correto neste caso seria usar a expressão “*Cirurgia de Redesignação Genital*” ou ainda “*Transgenitalização*” para se referir ao procedimento cirúrgico por meio do qual se altera o órgão genital da pessoa para criar uma *neovagina* ou um *neofalo* (BENTO, 2006; 2008). Definir que um ser pertencente ao gênero feminino ou masculino nasça com determinada genitália é aprisioná-lo em um corpo.

A matéria trata o caso de David/Brenda como *Distúrbio do Desenvolvimento Sexual* (possivelmente traduzida do Inglês, *Disorder of Sex Development* ou o que seria *Anomalia da Diferenciação Sexual*, em português) e ainda utiliza o termo “hermafrodita”. O texto traz o depoimento de um profissional da medicina, que atua no *Hospital Great Ormond Street*, em Londres. A médica Polly Carmichael faz uma atualização sobre o processo de tratamento para casos similares ao de Brenda/David, que hoje em dia contam com uma participação maior de outros profissionais e da família na tomada de decisões, mostrando a surpresa da médica com os resultados positivos alcançados. O detalhe é que em momento algum, estes profissionais e familiares cogitaram deixar esta decisão/escolha para a criança em um momento futuro.

Decide-se por categorizar esta infância como *Monstra* e não como *Ciborgue* (subitem a seguir), devido ao caráter forçado das intervenções as quais Bruce/Brenda/David foi submetido, sem ter a participação da criança no processo e tratando-se apenas de uma experiência médica. O caso traz uma importante reflexão sobre o processo binário e heterocentrado aos quais os corpos abjetos são submetidos pelo campo da medicina. Ainda que o caso em questão se trate de uma fatalidade, que acabou se desenrolando em um caso muito mais complexo, no nascimento, ao corpo infantil são disponibilizadas apenas duas opções, de acordo com sua genitália (seja ela ambígua ou não). Você deverá se identificar como sujeito masculino ou feminino, não há outra escolha.

### 3. Uma infância ciborgue

No final do século XX, nesse nosso tempo, um tempo mítico, somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos em suma, ciborgues. O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política. O ciborgue é uma imagem condensada tanto da imaginação quanto na realidade material: esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica. (HARAWAY, 2000, p. 41)

A análise realizada a seguir foi classificada na categoria *Infância Ciborgue*, devido ao fato da abordagem jornalística em questão sugerir possíveis transformações de seus corpos no tempo presente ou futuro.



O conceito de *ciborgue* aqui abordado traz à tona o *Manifesto Ciborgue*, publicado por Donna Haraway, em 1985. Bióloga e feminista, Haraway é professora na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos. A autora usa o ciborgue, recorrente personagem da ficção científica contemporânea, como metáfora para questionar os limites entre Ser Humano e máquina. A metáfora é usada para criar uma imagem condensada das transformações sociais e políticas do mundo contemporâneo, onde os desafios trazidos pela ciência e pela tecnologia transformaram nossas relações com o mundo e com nós mesmos.

O ciborgue apresentado por Haraway já está entre nós. Ele se alimenta de energéticos, de alimentos geneticamente modificados, transforma seu corpo com o uso de hormônios, de silicone, *botox*, controla os seus fluxos corporais através do uso de medicamentos. Neste subitem, trataremos deste sujeito infantil. A *Infância Ciborgue*, através do olhar da mídia. Crianças que adiam a puberdade através do uso de hormônios, crianças que no futuro pretendem se hormonizar (ou a família assim decidiu), para adequar uma imagem corpórea a sua identidade de gênero.

A análise desta infância começa com uma matéria publicada no site *BBC Brasil*, em 14 de janeiro de 2015, intitulada *Transgênero de 13 anos recebe tratamento hormonal para frear puberdade e gera debate nos EUA*. A notícia conta a história de Zoey, de 13 anos, que faz o uso de tratamento hormonal para adiar as mudanças trazidas pela puberdade. A garota tem total apoio da mãe, Ofelia, que afirma entender o processo pelo qual a filha está passando, não sem antes ter pesquisado muito, para que este entendimento acontecesse de fato.

A reportagem traz o depoimento de autoridades médicas, que apontam verem avanços na área nos próximos 10 anos. Assim como apontam a necessidade do uso de bloqueadores hormonais no caso de crianças transgênero, para evitar situações extremas, que podem incluir o suicídio.

Um dos pontos que a matéria aborda, é o crescente número de famílias que buscam ajuda profissional a partir de outros relatos encontrados na Internet. Pais que até então não tinham ideia do que estava se passando com seus filhos, que afirmavam com toda força pertencer a um gênero diferente daquele registrado durante a gestação ou no nascimento.

A realidade é que a internet é, provavelmente, o maior fator que justifica o aumento de crianças transexuais, com famílias diferentes encontrando outras e compartilhando histórias sobre seus filhos que parecem estar passando por uma fase que, aparentemente, nunca termina (TRANSGÊNERO, 2015).



O viés abordado pela matéria, apesar de elucidativo, é patologizante. Para muitas famílias que não tem informação alguma sobre a situação em que seus filhos se encontram, pode ser de grande serventia. No entanto, ao mesmo tempo corrobora para patologizar estas identidades e disseminar a ideia de que uma criança transgênero só poderá se sentir completamente satisfeita com sua imagem corporal a partir do uso de bloqueadores hormonais ou, no futuro, através do tratamento hormonal.

O fato de esta matéria específica estar categorizada junto a *Infância Ciborgue* se dá pela questão de trazer à tona identidades que tem como cerne aspectos físico-estéticos de seus corpos. Corpos que fogem à regra e buscam encontrar um equilíbrio, uma maneira que as faça se sentir pertencentes a um grupo social.

Nossos corpos são nossos eus; os corpos são mapas de poder e identidade. Os ciborgues não constituem exceção a isso. O corpo do ciborgue não é inocente; ele não nasceu num Paraíso; ele não busca uma identidade unitária, não produzindo, assim, dualismos antagônicos sem fim (ou até que o mundo tenha fim). Ele assume a ironia como natural. Um é muito pouco, dois é apenas uma possibilidade. O intenso prazer na habilidade – na habilidade da máquina – deixa de ser um pecado, para constituir um aspecto do processo de corporificação. A máquina não é uma coisa a ser animada, idolatrada e dominada. A máquina coincide conosco, com nossos processos; ela é um aspecto de nossa corporificação. Podemos ser responsáveis pelas máquinas, elas não nos dominam ou ameaçam. Nós somos responsáveis pelas fronteiras, nós somos essas fronteiras (HARAWAY, 2000, p. 106).

Este apontamento encontrado no *Manifesto Ciborgue*, de Haraway, serve para exemplificar a multiplicidade que estes corpos se permitem. Em uma sociedade que diz a todo o momento que elas não pertencem ao gênero com o qual se identificam, lutar para ter este gênero reconhecido é quebrar paradigmas que tendem a normalizá-los. Neste caso em específico, ainda que dependam da dominação da medicina para alcançarem seus objetivos. Esses corpos estão reivindicando para si os limites destas fronteiras que os afastam das identidades das quais julgam pertencer.

Outro ponto aqui relevante é o fato de suas identidades terem encontrado por meio da Internet, uma maneira de existir. Como aponta Sibila (2008), a construção das narrativas em torno de pessoas comuns é parte da construção da subjetividade dos sujeitos. As tecnologias fizeram com que a lógica da velocidade alterasse profundamente as experiências do cotidiano, trazendo a vida íntima cada vez mais perto do mundo virtual.

A próxima matéria analisada, intitulada de *Os passos da transformação*, é escrita pela jornalista Adriana Farias e veiculada na editoria Medicina da revista *VEJA SP*, de 29 de julho de 2015. A



reportagem traz uma abordagem médica da questão. Em seu subtítulo, avisa que se propôs a abordar a rotina do ambulatório do Hospital de Clínicas de São Paulo, onde “cerca de 15 crianças e 36 adolescentes que não se identificam com o gênero de nascimento”, são acompanhadas por profissionais da psicologia e outros profissionais da saúde. Na imagem principal (Figura 01), de costas, em meio a uma sala de brinquedos onde se vê no chão uma casinha de bonecas, uma garota de cabelos compridos segura em um cabide com um vestido de princesa nas cores turquesa, lilás, repleto de babados e brilhos, enquanto com a outra mão, escolhe outro, cor-de-rosa, em uma arara de roupas.

**Figura 1:** Leandro, de 9 anos, usa o nome social Luiza.



Fonte: Revista *Veja SP* (Foto: Fernando Moraes)

O subtítulo da matéria, ao dizer que estes adolescentes e crianças nascem com determinado gênero, dá a entender que o gênero é algo inscrito nos corpos ao nascimento. A princípio, podemos pensar que possa ser apenas uma falta de cuidado da jornalista que assina o texto, mas talvez seja proposital. Ao longo do texto, novamente a questão de um “gênero com o qual veio ao mundo” salta aos olhos, ao falar da identidade de gênero de Luiza, menina transgênero que faz tratamento na instituição acima mencionada. O fato da mãe de Luiza se referir a ela ora no masculino, ora no feminino, também é um aspecto que chama a atenção.

A legenda identifica a menina como “*Leandro, de 9 anos*” e diz ainda que seu nome social é Luiza. Aqui, o fato de a reportagem trazer o nome de registro de Luiza é posto em xeque. Questionemos a maneira exotizante com que é feita. Seria mesmo necessário expor este detalhe? Ou



seria novamente a velha fórmula de exotizar as identidades trans, de modo que em uma leitura subjetiva, esteja dizendo que a identidade de Luiza seria uma farsa? Sem citar o fato do constrangimento desnecessário que trazer à tona o nome de registro de Luiza possa causá-la. Além de tratar-se de uma violência emocional, usar o nome de registro de uma pessoa trans é ainda uma forma de acionar no mecanismo da memória um nome que não a representa, que para muitas pessoas trans é motivo de sofrimento.

Ao longo da matéria, a autora cita o fato de um número específico de crianças e adolescentes que fazem tratamento no local e comenta, entre parênteses, que “treze [destas crianças] nascidas no sexo masculino”, para logo além completar “25 garotos que se dizem garotas” ou em outro trecho da matéria “nascido mulher”. Estes pequenos detalhes, que em uma leitura menos atenta pode passar despercebido revelam a pouca importância dada pelo gênero com o qual estas crianças e adolescentes se identificam. É também uma maneira de contestar a identidade que reivindicam para si. A própria fala de profissionais, questiona a identidade com a qual estas personagens se identificam. É o caso do seguinte relato: “Imagine uma menina que entende que é menino. Se eu puder evitar que desenvolva mamas ou menstrue, isso vai aliviar o sofrimento”. Espera-se de profissionais que trabalhem com questões de identidade de gênero e sexualidade entendam não se tratar de “meninas que entendem que são meninos”, como o relato afirma. Estes são meninos, cujo sexo e gênero de registro lhes foi imposto ao nascimento ou durante a gestação e que, agora, lutam para reivindicar para si a verdadeira identidade.

A matéria apresenta o fato de que tratamentos bloqueadores de puberdade, por serem reversíveis, seria uma maneira de dar tempo destas crianças e adolescentes para que saibam com certeza o gênero ao qual pertencem, evitando assim, caso haja uma mudança, cirurgias invasivas no futuro.

Na última página da matéria, uma entrevista com o criador e coordenador do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, Alexandre Saadeh, se mostra frágil e inconsistente. O depoimento do entrevistado torna-se problemático pelo fato do profissional misturar diferentes conceitos, como se tratassem da mesma coisa. Quando perguntado sobre os benefícios do acompanhamento, ele responde:

Ver de perto como a criança lida consigo mesma e constrói sua personalidade. Evitar que se considere um monstro, uma aberração. Queremos adultos mais integrados e tranquilos para lidar com quem são. É importante dizer, porém, que muitas dessas crianças com disforia de gênero não serão transexuais na idade adulta. Podem se tornar homossexuais, bissexuais ou mesmo heterossexuais (FARIAS, 2015, p. 38).



O detalhe da última frase, onde mistura conceitos, pode levar a compreensão de que uma pessoa transexual ou transgênero não possa se identificar como heterossexual. O fato da jornalista não ter questionado o porquê do profissional misturar estes conceitos e publicar uma resposta que pode ser problemática e funcionar no sentido inverso de proporcionar conhecimento e informação sobre o tema, mostra o despreparo em abordar estas questões.

Um personagem recorrente em matérias e reportagens sobre crianças *queer* é Coy Mathis. Analisemos o seguinte material veiculado em rede nacional pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo, no dia 07 de abril de 2013. A reportagem de cerca de cinco minutos e meio, apresenta a história de Coy, então com 6 anos de idade, que vive no estado do Colorado, nos Estados Unidos. Coy foi impedida pela escola de usar o banheiro feminino por ter nascido “biologicamente” menino. A primeira imagem que a reportagem mostra de Coy é ela brincando com um pônei e seus brinquedos cor-de-rosa, enquanto usa um vestido de princesa, repleto de lantejoulas. A reportagem, assinada por Hélder Duarte, começa com uma narração onde cita o fato de Coy “à primeira vista, ser uma criança como outra qualquer”, dando a entender que não o seja.

A criança mal olha para a câmera enquanto fala, conta que não entende o motivo da escola estar sendo “má” com ela, impedindo-a de usar o banheiro feminino. Um advogado relata que a família tentou encontrar uma maneira junto à escola, para que Coy não sofresse, mas esta foi negada. Então decidiram levar o caso à justiça. A mãe, Kathryn, comenta que por volta de um ano e meio, começou a perceber que tinha algo diferente com seu “filho” (sic), que gostava de coisas “de garota”. Porém, perto dos três anos de idade, Coy afirmava enfaticamente que era menina “*não que queria ser uma*”. Quando contrariada, entrou em uma forte depressão, que não a motivava sair de casa ou brincar com amigos. Um ano depois, os pais buscaram ajuda médica (pediatras, psicólogos, psiquiatras) para entender o que estava acontecendo com seu filho/filha.

A matéria traz o depoimento de uma psiquiatra, explanando sobre as identidades trans na infância e a importância de diferenciar de identidades como homossexuais. A reportagem resgata o caso de John, filho dos atores Angelina Jolie e Brad Pitt, utilizando pronomes femininos para se referenciar a ele. Cita ainda como exemplo a modelo transexual brasileira Léa T., que realizou a cirurgia de redesignação genital (ainda que na matéria seja utilizada como “*cirurgia de mudança de sexo*”), como uma possível “saída” para o caso de Coy.

A reportagem, encaminhando para um final, cita o fato de que na época em que foi veiculada, nos EUA, 16 estados tinham legislação protegendo os direitos das pessoas trans, incluindo o estado do



Oregon. Em fevereiro 2017, o governo de Donald Trump, que subiu ao poder em janeiro do mesmo ano, revogaria instruções federais para que escolas públicas dos EUA permitissem que alunos transgêneros escolhessem usar os banheiros e vestiários que preferissem, de acordo com o gênero com que se identificam<sup>5</sup>. Na continuação da matéria, a psiquiatra comenta sobre o preconceito que a criança poderá encontrar fora de casa, Coy brinca com um trenzinho e bonecos, brinquedos que poderiam ser enquadrados na categoria de “brinquedos masculinos”, porém, para este fato não é dada muita atenção.

Aqui, ao decidir dar destaque para Coy em suas brincadeiras “femininas” e deixar de escanteio aquelas que poderiam ser apontadas como “masculinas”, a mídia atua subjetivamente no educar sobre os papéis de gêneros. A menina dócil e meiga, que vai gostar de brincar de boneca e casinha (tudo aquilo voltado para a intimidade), enquanto os garotos vão brincar com carrinhos, bonecos de ação (que remetem ao social, ao externo).

Em depoimento ao final da matéria, os pais de Coy afirmam que incentivam os filhos a falarem sobre algo quando pensam e sobre não terem vergonha de suas diferenças, pois isto é o que as faz especiais. Enquanto isso, Coy brinca com um carrinho de *Legó*, sobre a mesa. Para os profissionais que pensaram esta reportagem, o mais interessante seria dar destaque no início da matéria para o fato de Coy estar usando seu vestido de princesa, rodeado de brinquedos cor-de-rosa, ao invés de mostrar que ela também gosta de brincar de carrinhos e outros brinquedos ditos “de menino”.

#### 4 Considerações

Percebe-se a urgente necessidade de estarmos atentos à maneira com que estas infâncias são representadas pelo jornalismo, frequentemente reproduzindo estereótipos de gênero vigentes. Meninas trans são reiteradamente representadas brincando com bonecas, usando vestidos de princesas, meninos trans são apresentados vestindo fantasias de super-herói, jogando videogame ou futebol.

Estes novos personagens que se fazem presentes no imaginário midiático, cada vez mais cedo, reivindicam seu papel de protagonistas em relação às suas identidades sexuais e de gênero – percebe-se que aqui identidade sexual não está relacionada com as práticas sexuais, mas sim em relação à orientação do desejo. Este novo sujeito, não necessita mais do aval médico para garantir sua existência, ainda que, caso assim o deseje, intervenções de autoridades médicas não sejam

---

<sup>5</sup> *Trump revoga normas sobre acesso de transgêneros a banheiros*. Disponível em <<http://bit.ly/2uq17N7>>. Acesso em: 24 fev. 2017.



descartadas. Os papéis da família e da instituição escolar são de suma importância para a legitimação destas identidades.

O que cabe frisar aqui é que a mídia, assim como a sociedade em geral, precisa estar preparada para lidar com estas ditas novas realidades. Que estejamos atentos e não aceitemos a patologização das identidades como algo natural. Que questionemos o conceito de natural. Que tenhamos em mente que as identidades não devem ser encaradas como fixas. Cada indivíduo é único. Nada impede que um indivíduo brinque, transite nas fronteiras de gênero e que isto não seja encarado como sinal de alerta.

É preciso deixar de pensar a sociedade a partir de um viés binário, pois somos múltiplos e diversos. O Ser Humano é uma máquina incrível, binarismos não conseguiriam abarcá-lo. É preciso repensar os modos de viver e olhar o mundo. As maneiras que nos foram apresentadas até agora não se mostram possíveis de serem continuadas. Uma sociedade baseada no consumo, na liquidez das relações. É preciso olhar o outro como igual. A mídia pode ter um papel decisivo na transformação dos desejos sociais.

Repensar estas dicotomias, abrir possibilidades que tensionem os limites impostos relacionados a gênero e sexualidade também pode ser um papel da comunicação. É preciso pensar na “condição de emergência do político como possibilidade de transformação da realidade” (PRECIADO, 2008, p. 284).

Questionar as fronteiras e os muros que nos separam. Ter em mente que vivemos um momento histórico importante, de transformação, onde “as organizações sociais [...] não podem mais manter sua forma por muito tempo [...], pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las”. (BAUMAN, 2007, p. 7). As instituições sociais precisam se adequar ao novo contexto em que vivemos.

Enxergar a infância como o novo que dissolve a solidez da nossa existência (LARROSA, 1998), mas pensar também que a incerteza trazida pode nos ensinar a repensar nossos modos de viver e enxergar o mundo ao nosso redor. O novo que o sujeito infantil representa não deve significar medo, mas uma transformação, uma transformação necessária. Se isto significa imaginar um mundo livre das imposições do gênero, que olhemos para estas mudanças como positivas. Que a mídia possa ser um canal para questionar as amarras culturais que nos mantêm presos às formas de viver atuais e problematizar para onde elas estão nos levando. E que formas possíveis de vivências estas novas infâncias podem nos proporcionar. Utilizar como justificativa o fato de que o jornalismo é feito para



as massas e que, por este motivo, a linguagem usada deve ser a mais acessível possível não significa continuar utilizando termos patologizantes ou discriminatórios para se referir às identidades sexuais e de gênero. O papel do jornalismo é justamente propagar ideias e nisto está incluso o ato de abordar questões complexas de maneira menos complicada. O que não significa permanecer utilizando termos discriminatórios e preconceituosos, termos que podem ofender e marginalizar determinados grupos sociais. Que estejamos atentos ao criarmos e propagarmos imagens que disseminem estereótipos.

---

## Referências

- ALEMANHA permite registro de bebês com gênero indeterminado. *BBC Brasil*. 1 nov 2013. Disponível em: <<http://ow.ly/UH6HI>>. Acesso em 1 fev 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012
- CABRAL, Mauro. *En estado de excepción e intervenciones sociomédicas*. In: CÁCERES, Carlos F. et al. *Sexualidad, estigma e derechos humanos: desafíos para el acceso a la salud en América latina*. Lima/Peru, 2006.
- DONALD, James. *Pedagogia dos monstros: o que está em jogo nos filmes de vampiro?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Pedagogia dos Monstros. Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 105-140.
- FARIAS, Adriana. *Os passos da transformação*. Veja São Paulo. Ed. 2436. São Paulo, 29 de jul. de 2015, p. 32-38.
- FILHO, João Freire. *Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias*. Revista Famecos: Porto Alegre, nº 28, dezembro de 2005.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*. v.28 n.1, São Paulo, jan./jun. 2002 Disponível em: <<http://bit.ly/2nM4lsJ>> Acesso em 26 de julho de 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GUEVEDOCES: o estranho caso das 'meninas' que ganham pênis aos 12 anos. *BBC Brasil*. 21 jul. 2015. Disponível em: <<http://ow.ly/UH6Jt>>. Acesso em 1 fev 2018.
- HARAWAY, Donna. *Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Antropologia do Ciborgue. As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- KELLNER, Douglas. *A Cultura da mídia*. Bauru (SP): Edusc, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Cultura da mídia e triunfo do espetáculo*. Em: MORAES, Dênis de (org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana*. Porto Alegre: Contrabando, 1998.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008



- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. – Campinas: São Paulo: Pontes, 2005.
- PRECIADO, Paul B. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Manifesto Contrassexual - Práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Qui défend l'enfant queer? (Quem defende a criança queer?)*, Disponível em: <<http://bit.ly/2E63oT1>> Data de acesso: 13 de janeiro de 2013.
- SIBILA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008
- SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- TRANSGÊNERO de 13 anos recebe tratamento hormonal para frear puberdade e gera debate nos EUA. *BBC BRASIL*. 14 de jan. 2015. Disponível em: <<http://ow.ly/UH9hD>>. Acesso em 1 fev. 2018.
- WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, p. 7-72. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

